

**Evocar imagens, escrever a história:
o elemento estético das representações históricas.**

NAIARA DOS SANTOS DAMAS RIBEIRO *

Em 1905, ao assumir a cátedra de professor de História na Universidade de Groningen, Holanda, Johan Huizinga (1872-1945) viu-se diante de uma árdua tarefa. Como era tradição na academia holandesa, os novos professores deveriam começar a sua atividade docente por uma reflexão e uma tomada de posição pública em relação aos fundamentos da própria disciplina e sobre a tarefa de seu ensinamento. O tema escolhido para a aula inaugural foi o resultado de uma longa meditação. Ele havia surgido – como Huizinga afirmava em sua autobiografia *Meu caminho para a História* (1943) – de uma intuição que havia tido, ainda de forma indefinida, muito tempo antes da tarefa de escrever a sua aula (HUIZINGA, 2005: 91). Assim, no momento em que tinha a oportunidade de apresentar os seus “progressos” a respeito do assunto, seu discurso se tornava, como ele próprio admitia, uma espécie de “confissão”. “Desde há muito tempo uma questão tem dirigido regularmente o rumo de meus pensamentos. (...) Não sei definir essa questão de outro modo a não ser como o ‘**elemento estético das representações históricas**’” (grifo nosso). Interessava-lhe, então, desenvolver a hipótese de que “a compreensão histórica é como uma visão, ou melhor, como uma **evocação de imagens** (...)”, refletindo sobre os elementos que aproximavam o historiador e o artista. (HUIZINGA, 1968: 269)

Com a escolha desse tema, Huizinga voltava sua atenção para um problema central no debate historiográfico e filosófico, sobretudo alemão, daqueles anos: o **estatuto científico da história**. No cerne das discussões estavam questões relativas à validade e à especificidade do conhecimento histórico enquanto **ciência**: até que ponto havia mudado a investigação histórica como consequência do avanço das ciências naturais no século XIX? Diante disso, não seria prudente adotar métodos completamente novos ou mesmo abandonar as pretensões científicas do conhecimento histórico? (HASKELL, 1994: 445). Deveria a História manter-se como “ciência do particular”, voltada para a compreensão do individual e dos acontecimentos singulares ou, ao contrário, numa tendência mais sistemática, deveria ela mudar seu foco do

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e bolsista do CNPq.

particular para o geral, do contingente para o regular, do individual para o coletivo, abrindo mão de seu caráter subjetivo em nome de uma cientificidade positiva?

Posicionar-se diante dessas questões era importante para Huizinga porque significava, naquela ocasião, “nada menos que libertar as artes da cadeia do determinismo científico, uma devolução das humanidades à sua própria preocupação e valor, e, assim, uma rejeição do realismo histórico ingênuo” (HUIZINGA, 1968: 270). Apesar da relevância – e do caráter de urgência – que essa tarefa assumia para Huizinga, ele admitia, contudo, não ter a tendência a se ocupar de problemas de ordem teórica. “O acesso direto aos detalhes coloridos do passado, adquirido de qualquer maneira, era suficiente para mim” (HUIZINGA, 1968: 269). Com a ajuda e o aconselhamento de Gerard Heymans – jovem psicólogo holandês e futuro colega na Universidade de Groningen –, ele foi apresentado à “longa controvérsia, na qual o esquematismo vazio e os frágeis conceitos de Karl Lamprecht foram atacados por Windelband, Rickert, Simmel, Eduard Meyer e outros” (HUIZINGA, 1968: 269).

Ser apresentado a essa literatura teórica foi de suma importância para Huizinga, pois representou a oportunidade não apenas de consolidar sua crítica ao “positivismo historiográfico”, mas também de desenvolver, a partir das reflexões da “moderna” teoria alemã do conhecimento histórico, a sua hipótese de que a compreensão histórica seria uma “evocação de imagens”. Em relação ao momento de preparação de sua aula, ele afirmava: “Eu fui surpreendido pelas novas perspectivas que estavam se abrindo para mim” (HUIZINGA, 1968: 270). E a estrada que se abriu diante dele o conduziu a um meditado reexame do neo-idealismo alemão (BOER, 1993: XVI) e a apresentação de uma aula inaugural “altamente original” que indicava os temas e os problemas aos quais Huizinga de uma forma ou de outra sempre retornou durante os quarenta anos de sua trajetória como historiador. (COLIE, 1964: 612)

1

A aula inaugural apresentada em 1905 começava com a constatação de que o conhecimento histórico vivia naquele momento uma crise sem precedentes em sua trajetória como disciplina científica autônoma: “a ciência histórica, que por longo tempo pôde seguir seu caminho sem ser incomodada por um conjunto de normas e métodos experimentais” foi forçada, no final do século XIX, “a dar satisfações aos outros e a si mesma da legitimidade dos seus domínios e da independência de que gozava”

(HUIZINGA, 2005: 91). Perguntando-se sobre os motivos que haviam conduzido a História a um estado de “dúvidas e alvoroço polêmico”, Huizinga era categórico ao apresentar sua visão sobre o problema. Era no “surpreendente desenvolvimento” das ciências naturais – e o fato de o conceito geral de ciência ter sido identificado com as técnicas e procedimentos característicos das ciências exatas – que Huizinga identificava a razão que teria levado muitos historiadores a questionarem o estatuto científico da História. Seria a História, “uma disciplina tão distante das ciências naturais nos problemas, nos métodos, na natureza dos conceitos e na certeza dos seus resultados”, de fato uma **ciência**? (HUIZINGA, 2005: 92). Diante desse questionamento parecia haver apenas duas alternativas, igualmente problemáticas: ou negar à História o nome de ciência, ou modificar os objetivos e métodos dessa disciplina, fazendo-a assumir as características de uma “ciência exata”. Muitos historiadores teriam eleito, na opinião de Huizinga, a segunda alternativa.

O argumento de que a História deveria ser “reformada” havia sido reforçado em razão das novas perspectivas abertas pelo nascimento de uma nova disciplina, a Sociologia. Por compartilhar o caráter sistemático com as ciências exatas – e muitos dos seus interesses e campos de investigação com a História – esta disciplina representava uma ameaça à autonomia da disciplina histórica ao tentar “ocupar todo o campo histórico e reivindicar para os seus métodos, suas perguntas e resultados, o nome de verdadeira ciência histórica” (HUIZINGA, 2005: 92). O principal ponto do conflito era a contraposição das tarefas de uma “historiografia antiga” – que preservaria como fundamentos essenciais noções como individualidade, compreensão e intencionalidade – e de uma “nova História científica” que reivindicaria para a História a habilidade de estabelecer “leis históricas de validade geral equivalentes às das ciências naturais” (HUIZINGA, 2005: 92).

À frente do esforço de elevar a História à condição de “verdadeira” ciência – eliminando os traços pretensamente antiquados de uma investigação histórica que teria nascido do casamento inconfesso com um “providencialismo metafísico” (IGGERS, 1988: 197) – estava o historiador alemão Karl Lamprecht, que se tornou a figura central de um intenso debate sobre o conhecimento histórico no final do século XIX. Denominado de *Methodenstreit* (querela do método), ou simplesmente *Lamprechtstreit* (querela de Lamprecht), este debate – que parece ter levado a comunidade historiadora

alemã aos limites da *politesse* acadêmica (CHICKERING, 1993: 160) – teve como seu estopim o lançamento dos primeiros volumes de *Deutsche Geschichte* (História alemã) de K. Lamprecht no começo da década de 1890. Neste livro ele defendia a tese de que seria possível a construção de um vasto esquema morfológico da história alemã que abranjeria desde a sua origem até o século XIX. Por meio de um esquema que permitiria a síntese entre a economia, a política, a moral e a dimensão artística da experiência alemã nos períodos históricos sucessivos, o historiador alemão esperava encontrar uma tendência psicológica dominante.

Com sua idéia de que seria possível submeter todas as facetas do comportamento humano a categorias de análise causal, Lamprecht afirmava que a ciência histórica, tal como qualquer outro conhecimento científico, não poderia abrir mão das generalizações e da redução das percepções empíricas a conceitos (IGGERS, 1988: 198). Ao afirmar que o “puramente individual” não poderia ser compreendido cientificamente, Lamprecht desafiava a comunidade historiadora, negando ao conhecimento histórico – tal como produzido, segundo ele, pela “Escola Histórica alemã” centrada na figura de Leopold von Ranke – o estatuto de ciência que este pretensamente reivindicava. Falta de objetividade, ausência de controle sobre a imaginação do historiador, excessiva descrição de detalhes, culto de heróis, estreiteza temática: essas foram algumas das acusações que ele havia lançado contra o método historiográfico “antigo” da História política. Numa direção contrária, defendia que a “verdadeira ciência histórica” – e aqui ele claramente se referia ao método de sua *Kulturgeschichte* – tinha como objeto os contornos regulares, típicos, do comportamento humano e como objetivo a explicação do funcionamento das forças coletivas na história através de métodos empírico-indutivos, análises estatísticas, e explicações baseadas no **princípio de causalidade** (CHICKERING, 1993: 185).

As acusações de Lamprecht contra a historiografia alemã dita por ele “tradicional” não ficariam, contudo, sem resposta. Ao longo da década de 1890, historiadores como Georg von Below, Friedrich Meinecke, Max Lehman, Heinrich von Sybel, Max Lenz e Eduard Meyer – apenas para citar algumas figuras centrais no debate – saíram em defesa da tradição hermenêutica da ciência histórica. Contra a *Kulturgeschichte* de Lamprecht, definida em termos de uma história universal do desenvolvimento histórico sob bases positivistas, os seus adversários acusaram-no de ter

“desfigurado” a tradição historiográfica para além do reconhecimento, violando, assim, as fronteiras da disciplina histórica. Huizinga parece ter acompanhado de perto o burburinho em torno da obra de K. Lamprecht. Em 1895, durante o *Methodenstreit*, o então jovem estudante holandês de Linguística passou um ano na Universidade de Leipzig, onde o autor da recém lançada obra sobre a história da Alemanha era professor desde 1891. Quando teve a oportunidade de se posicionar sobre o assunto em 1905, ele foi taxativo ao refutar as feições positivistas da *Kulturgeschichte* lamprechtiana. Em relação às demandas da “escola científica”, ele contrapunha duas alternativas críticas: ou desafiar os “defensores das leis históricas, dos ciclos de desenvolvimento e dos graus de civilização” a produzirem proposições invulneráveis ao criticismo do método histórico consolidado (HUIZINGA, 2005: 92), ou simplesmente refutar seus princípios básicos no plano da lógica do conhecimento histórico.

Desconsiderando a primeira alternativa, Huizinga sugeria que os historiadores seguissem a segunda alternativa, a de refutar os princípios de Lamprecht mediante a sua invalidação no plano lógico. Desse ponto de vista, “a denominada nova disciplina estaria navegando em águas mais turbulentas. (...) A exigência de que a ciência histórica se submeta aos critérios das ciências naturais pode ser considerada definitivamente rechaçada.” (HUIZINGA, 2005: 93). A derrota do método positivista na investigação histórica teria sido perpetrada pela “moderna” teoria das ciências do espírito desenvolvida pelos estudos de W. Dilthey, G. Simmel, W. Windelband, H. Rickert e E. Spranger, entre outros.

Embora seja possível ressaltar diferenças entre a obra desses filósofos quando tomados individualmente, no conjunto, todos estavam preocupados em fundar uma teoria filosófica do conhecimento histórico capaz de sustentar no plano lógico-teórico a independência das “ciências do espírito” em relação ao positivismo naturalista. Na década de 1890 – no momento em que K. Lamprecht desafiava a ciência histórica estabelecida a interrogar a legitimidade de seus métodos e de suas escolhas teóricas – muitos historiadores encontraram uma aliada para se defender desses “ataques” na teoria alemã do conhecimento histórico. Com o lançamento da obra de W. Dilthey, *Introdução às ciências do espírito* (DILTHEY, 1944) em 1883, abriu-se um amplo campo de debate sobre a especificidade das ciências históricas e várias publicações em torno do tema se seguiram nas décadas seguintes. Em 1892, Georg Simmel publicou o

livro *Problemas da Filosofia da História* (SIMMEL, 1950), no qual criticava o realismo histórico, seguido, dois anos depois, pelo discurso de W. Windelband sobre a relação entre História e ciências naturais (WINDELBAND, 1980). A discussão de Heinrich Rickert sobre a conceituação científica e suas limitações, em *Os limites da formação conceitual nas ciências naturais* (RICKERT, 1987), foi publicada em 1896 e abordada novamente em uma versão menor e mais acessível, em *Ciências da cultura e ciências da natureza* (RICKERT, 1997) no ano de 1899. Já no começo do século XX, em 1905, Eduard Spranger, conhecido como discípulo de W. Dilthey, publicou *Os fundamentos da ciência histórica*, cujo tema principal era a relação entre psicologia e conhecimento histórico.

Essa extensa bibliografia teórico-filosófica sobre a ciência histórica – a qual Huizinga dizia ter sido apresentado apenas na ocasião da preparação de sua aula inaugural – foi o ponto de partida para sua rejeição contundente à “soberania das ciências naturais”. Destas considerações teóricas sobre a ciência histórica, ele afirmava poder extrair duas convicções: “que a vida histórica nunca pode ser conhecida mediante noções gerais, mas somente na concretude dos atos reais” e a convicção de que o caráter universal da ciência histórica é prejudicado toda vez que uma regra sistemática é adotada. (HUIZINGA, 2005: 93)

Diante da ameaça de que o conhecimento histórico teria que se transformar em Psicologia social para poder reivindicar seu *status* como ciência, como defendia Lamprecht, Huizinga reafirmava uma sentença que durante muito tempo no século XIX gozou do estatuto de verdade auto-evidente para grande parte dos historiadores: “a tarefa principal da história é a indagação dos acontecimentos singulares, não como tipos ou casos particulares de um conceito geral, mas por sua importância intrínseca” (HUIZINGA, 2005: 95). Ao fazer a escolha pelo individual e pela compreensão, em detrimento da explicação e do geral, restava ainda responder como era possível a formação de conceitos históricos fora do modelo generalizante das ciências naturais, sem cair, contudo, no campo do subjetivismo arbitrário. Essa resposta, segundo Huizinga, só poderia ser alcançada quando se investigasse mais detidamente as relações profundas que aproximavam História e Arte.

Uma dos argumentos utilizados por Karl Lamprecht no embate com a historiografia clássica alemã era de que toda atividade histórica que se ocupasse do individual deveria ser classificada como **arte** e não como ciência propriamente. Em suas palavras: “o singular, o individual, somente pode ser compreendido artisticamente, e uma investigação que o tenha como objeto pode ser considerada como **ciência** histórica somente em medida secundária” (HUIZINGA, 2005: 95). Huizinga reconhecia nesta afirmação uma “jogada estratégica”, pois não haveria nada de mais temeroso para o historiador do que ter suas atividades confundidas com a Arte. Contudo, é preciso que se diga que Lamprecht não havia sido o primeiro a levantar suspeitas em relação ao estatuto científico da História. Por não se adequar totalmente aos cânones do conceito de ciência que havia sido tomado de empréstimo das ciências naturais, além de apresentar algumas características que a aproximavam da arte, de quando em quando o conhecimento histórico era submetido ao questionamento: a “História é ciência ou arte?” Na maior parte das vezes decidia-se por uma ou outra das alternativas. Mas, perguntava-se Huizinga, estaria a pergunta de fato bem formulada? Tratava-se apenas de escolher entre arte ou ciência e o assunto estaria encerrado, definitivamente resolvido?

Para ele, esse tipo de pergunta falhava por não problematizar em momento algum o que se queria dizer por arte ou por ciência. Outro problema estaria no fato de que conduzia inevitavelmente ao erro, por fazer supor que essas alternativas só poderiam ser mutuamente excludentes. Huizinga acreditava encontrar um exemplo desse equívoco na análise feita pelo historiador alemão Ernst Bernheim, no livro *Lehrbuch der historischen Methode* (Manual do Método Histórico), sobre a relação entre Arte e História. A escolha desse livro parece longe de ser aleatória. Publicado pela primeira vez em 1889, o Manual de Bernheim refletiu, explicitou e reforçou a autopercepção que muitos historiadores mantinham acerca de sua disciplina no final do século XIX (TORSTENDAHEL, 2003: 314-315).

Contra a idéia de que toda História que se ocupasse do individual deveria ser catalogada entre as artes, E. Bernheim teria insistido no caráter científico do conhecimento histórico, tentando provar a falácia do argumento de K. Lamprecht. O autor do *Manual do Método histórico* parecia estar convencido, segundo Huizinga, de

que considerar a História como uma arte acarretaria em uma “grande confusão conceitual”, esforçando-se para refutar as opiniões correntes sobre o assunto. Caso se afirmasse que a História era uma arte, pois reportava seus resultados em prosa, o alemão respondia que isso não diferenciava o conhecimento histórico de nenhuma outra forma de relatório científico. De resto, mesmo as ciências naturais faziam uso desse recurso narrativo. Se por vezes os historiadores produziam obras que ganhavam o status de obra de arte, a raridade com que isso acontecia serviria de prova de que essa proximidade não era mais do que uma coincidência. O fato de o historiador lidar com o individual, o único, também não implicaria afirmar que ele era um artista. Por fim, a diferença mais substancial entre História e Arte – e que atestaria de uma vez por todas a cientificidade do conhecimento histórico – deveria ser procurada no plano da finalidade: se o objetivo da arte era o prazer estético, o da História não poderia ser outro que não a compreensão dos fatos pretéritos. (BERNHEIM, 1937)

No entanto, ao rejeitar os argumentos que sustentavam que a História era uma arte e não uma ciência, Bernheim teria atribuído ao conceito de Arte, segundo Huizinga, uma definição “demasiado estreita”, tornando essa distinção “mais simples e óbvia do que para mim” (HUIZINGA, 2005: 95). Mesmo quando reconhecia o papel indispensável desempenhado pela **imaginação** na Arte e na História, Bernheim não exploraria esse vínculo no sentido de compreender o que faria com que esses dois campos compartilhassem características tão singulares, mas apenas em termos de suas diferenças. Segundo o historiador alemão, contrariamente ao artista que gozava de uma completa liberdade em relação a sua imaginação, o historiador estaria “preso” ao material, à crítica e à obrigação de relatar a verdade. Contudo, para Huizinga, essa classificação estaria equivocada: por estabelecer as fronteiras entre Arte e História a partir do constrangimento, ou da falta dele, no uso da imaginação, Bernheim permitiria a presença de uma porosidade, maior do que ele mesmo parecia ter previsto, entre os dois campos. “Se o limite se traça assim, mas de um dos ramos da arte se situa do lado da história” (HUIZINGA, 2005: 95).

No entanto, o que realmente o incomodava nos argumentos de Bernheim era o caráter “demasiadamente formal e acadêmico” de seu conceito de arte (HUIZINGA, 2005: 95). “Ele só consegue pensar a arte como uma aspiração consciente para a bela forma, como o desejo de proporcionar edificação estética, como a tarefa de completar

estilisticamente dados que apresentam uma coerência imperfeita”. Para Bernheim, o “momento artístico” se iniciaria apenas quando o estudioso de história, que nessa etapa já teria formado uma visão de conjunto do material recolhido, “molha a sua pluma no tinteiro para dar forma à matéria prima” (HUIZINGA, 2005: 96). Reduzido ao máximo, o fator artístico dos estudos históricos se faria presente apenas no momento da escrita da História. Para Huizinga, contudo, parecia “que a afinidade entre Arte e História é mais estreita do que deixa supor o argumento de Bernheim” (HUIZINGA, 2005: 96). Por certo, o autor do *Manual do Método histórico* reconhecia o papel da **imaginação** no trabalho do historiador, mas diante desse ponto essencial, não teria sido capaz de ir além da superficialidade. Nesse sentido, o historiador holandês acreditava ser possível reconhecer a importância da imaginação, sem, no entanto, inviabilizar as pretensões científicas do conhecimento histórico.

Huizinga chamava a atenção para o fato de que “compreender artisticamente” por meio de intuições e “compreender historicamente” por meio de conceitos não eram *a priori* dois procedimentos excludentes. Contra as investidas da “nova História científica” – que considerava como ciência apenas a pesquisa histórica voltada para a investigação das regularidades por meio de conceitos gerais rigorosamente fixados –, era preciso afirmar que a afinidade entre Arte e História não se dava fora dos quadros e exigências do conhecimento científico, mas marcava de maneira indelével a própria constituição da **ciência** histórica. Em sua opinião, uma das possibilidades para se evitar mal entendidos seria encontrar um novo termo no lugar de “arte” e um outro adjetivo em lugar de “artístico”. “Para a profunda compreensão da vida que nosso espírito pretende abraçar completamente, esta velha palavra ameaça se tornar demasiado estreita” (HUIZINGA, 2005: 96).

Apoiado nos filósofos alemães da “teoria da independência das ciências do espírito” do final do século XIX, Huizinga afirmava a necessidade de se atribuir à História uma noção de cientificidade específica, capaz de reconhecer o fato de que na relação do historiador com o passado havia invariavelmente um ato de transformação deste último por meio de um método que não podia ser nem exato nem rigorosamente abstrato, mas que era legitimamente um procedimento científico. O “momento artístico” não se iniciaria, portanto, apenas quando o estudioso de história apresentava os seus resultados em forma de narrativa. Muito menos se limitava à tarefa de completar os

dados históricos estilisticamente. Segundo Huizinga, tal momento estava presente na própria investigação histórica durante a qual desempenhava um papel fundamental na seleção e interpretação do que era relevante para a compreensão de determinado episódio do passado. Concordando com Georg Simmel, ele afirmava que “já no momento no qual se forma a primeira representação histórica, a primeira **imagem** histórica, entra em jogo o elemento comum à pesquisa histórica e à arte” (HUIZINGA, 2005: 96).

Huizinga se referia aqui à discussão do filósofo alemão sobre os pressupostos psicológicos da interpretação histórica contida no livro *O problema da Filosofia da História*. Ao afirmar que o objeto da História, a individualidade, somente poderia ser compreendida psicologicamente, Simmel defendia que o vínculo entre o artista e o historiador encontrava-se na maneira como ambos “ofereciam uma **imagem** coerente de um processo psicológico” (SIMMEL, 1950: 75). “Participar sentimentalmente nos motivos das pessoas”, “inserir-se na multiplicidade de um sistema amplo de forças”, “criar a unidade a partir da multiplicidade”, todos esses elementos diriam respeito ao processo que era comum tanto ao conhecimento histórico quanto à arte: o de vivenciar a individualidade “de novo dentro de si mesmo” (SIMMEL, 1950: 74-75). No caso da História, isso significava que “a **individualidade**, tal como existe na personalidade histórica, também tem que agir na personalidade do historiador para que aquela possa ser reconstruída e compreendida por este” (SIMMEL, 1950: 72). Ao mesmo tempo em que essa “hermenêutica psicológica” aproximava historiador e artista, ela era também a razão do distanciamento do conhecimento histórico de todas as outras ciências que tinham seu ideal nas matemáticas. Todo ato de compreensão deveria ser, portanto, um acontecimento subjetivo, e não um cálculo lógico. Por certo, essa dependência da subjetividade poderia ser avaliada como um defeito do conhecimento histórico; mas, de toda forma, advertia Simmel, “esse seria um daqueles defeitos cuja supressão também suprimiria o produto que se pensava enaltecer por meio de sua eliminação” (SIMMEL, 1950: 72).

Essa não seria a última vez que ele citava os “filósofos da história alemães”. Como o próprio advertia, a referência à Filosofia alemã seria constante em sua aula inaugural, uma vez que ele se propunha a “ressaltar a analogia entre a visão que tenho tentado alcançar desde um ponto de vista estético e os êxitos da teoria do

conhecimento” (HUIZINGA, 2005: 96). Em outras palavras, sua pretensão era de mostrar que a sua preferência pela perspectiva estética estava ancorada nos resultados recentes dos estudos epistemológicos levados a cabo por filósofos como G. Simmel, E. Spranger, W. Dilthey, e pelos neo-kantianos W. Windelband e H. Rickert, que compartilhavam a tarefa de fundamentação das “ciências do espírito” na virada do século XIX para o século XX. No entanto, vale ressaltar, a aproximação com essa bibliografia aparentemente se deu sob a base do ecletismo, já que ele parecia disposto a adotar apenas aqueles pontos de vistas que se “encaixassem” em sua consideração estética sobre o trabalho do historiador, silenciando aqueles que pudessem inviabilizar os seus objetivos naquela ocasião. (ZIJDERVERELD, 2006: 204)

Antecipando-se à maioria dos historiadores no século XIX, teriam sido eles, segundo Huizinga, que haviam aberto o caminho para uma possível “solução” da querela do Método Histórico no final do século XIX. Se não era possível eliminar a dimensão artística, subjetiva, do conhecimento histórico, melhor seria, então, que se ampliasse o conceito de ciência, tirando-o do domínio exclusivo das ciências naturais. Em 1899, no livro *Ciência da Natureza e Ciência da Cultura*, H. Rickert referia-se assim ao problema gerado pelas teses de Lamprecht em relação ao estatuto científico da História. “Nós não poderemos dizer que uma terminologia que não permita incluir dentro da ‘ciência’ a obra de Ranke, e de todos os grandes historiadores, seja uma terminologia particularmente feliz. Nós deveríamos, no mais, nos esforçarmos para construir um conceito da ciência que engloba este que é, de uma maneira geral, designado pelo termo de ciência” (RICKERT, 1997: 89).

Segundo Huizinga, os filósofos alemães teriam sido mais habilidosos em demonstrar uma compreensão “mais apropriada e profunda” sobre a relação entre História e Arte. Através da formulação do **conceito de representação** (*Darstellung*), sobretudo a partir da obra de H. Rickert, os pontos principais do problema teriam sido destacados de modo certo. Diversamente de E. Bernheim, o qual restringia a relação entre o conhecimento histórico e a arte apenas ao momento da escrita da História, Rickert tentava atribuir ao conceito de representação um significado muito mais amplo, englobando a captação do significado (concepção) e o vínculo entre os fatos (heurística e criticismo). Dessa afirmação de H. Rickert, Huizinga extraía a lição de que a atividade do historiador não poderia ser compreendida como sendo idêntica a uma simples

concatenação de dados e fatos verificados criticamente. Mais do que um mero exercício de crítica ou de exposição descritiva, a representação diria respeito ao fato de que “o conhecimento não é um reflexo obtido pela descrição dos ‘fenômenos’, mas uma **transformação**; (...) uma simplificação em relação ao real mesmo” (RICKERT, 1997: 97). Nesse sentido, em relação ao conhecimento histórico, o passado tornava-se História apenas na medida em que fosse submetido a um processo de seleção, no qual, na miríade dos fragmentos dispersos do passado, fosse possível determinar o que seria ou não essencial para a compreensão de uma individualidade histórica. (OAKES, 1987, XVII).

No intuito de afastar qualquer pretensão de “reprodução” do passado no trabalho do historiador, Huizinga juntava-se a G. Simmel em sua crítica ao realismo histórico, tal como apresentada no livro *Problemas de Filosofia da História*. Perguntando-se sobre de que forma a matéria bruta da experiência imediata poderia ser transformada na estrutura teórica chamada História, Simmel buscava enfatizar o fato de que esta transformação (*Umbildung*) teria uma característica muito mais radical do que o senso comum estava geralmente disposto a assumir. Demonstrar essa radicalidade significava desenvolver uma crítica ao entendimento de que a ciência histórica deveria fornecer uma imagem espelhada do passado “como este realmente aconteceu”. Na opinião do filósofo alemão, essa visão cometia um equívoco equivalente àquele do realismo na arte, “o qual pretende copiar a realidade sem estar consciente do quanto este ato de ‘copiar’ na verdade estiliza os conteúdos da realidade”. (SIMMEL, 1950: 9). Dessa forma, era preciso esclarecer que todo conhecimento, invariavelmente, estava pautado numa transposição do dado imediato para uma **linguagem nova**, como suas formas, categorias e necessidades próprias, e na qual a subjetividade do historiador, a **intuição histórica**, desempenhava um papel central na seleção e organização dos conteúdos históricos. “Na medida em que os fatos, tanto interiores como os exteriores, constituem uma ciência, têm que responder a perguntas que jamais lhes haviam sido formuladas na realidade e em sua existência original” (SIMMEL, 1950: 54).

Na criação de uma “linguagem nova” por meio da intuição, isto é, da formulação de um “conceito unificador” a partir do qual era possível selecionar o que de uma realidade era essencial, como diria Simmel, Huizinga identificava o elemento comum que aproximava Arte e História: “a História nunca fotografa o passado, representa-o”

((HUIZINGA, 2005: 97). De resto, tanto o historiador quanto o artista usavam da imaginação, isto é, da formação de “**imagens mentais**” (*deenkbeeld*), para compreender o aspecto individual da realidade. Nesse sentido, a “recriação do material histórico” não poderia ser pensada em termos de uma função puramente intelectual, ou da formação de conceitos singulares descritos logicamente – como pretendia, por exemplo, o método psíquico-social de K. Lamprecht. O próprio papel desempenhado pela imaginação na interpretação histórica, somado ao interesse pela individualidade, demandariam um processo diferenciado de formação de conceitos em relação ao processo de conceitualização generalizante das ciências naturais.

Huizinga concordava com H. Rickert quando este afirmava que a palavra “conceito”, quando usada em relação à ciência histórica, deveria receber um significado completamente diferente do que nas ciências naturais (RICKERT, 1987: 73). Com o objetivo de marcar essa diferença fundamental que fazia com que os conceitos históricos não pudessem ser apresentados como o resultado de um procedimento generalizante definido de maneira lógica, ele propunha que os conceitos fossem entendidos apenas no sentido de Idéias, por meio das quais se poderia “reunir o que da realidade é cognoscível como elemento essencial com o fim de tornar **observável** uma pluralidade inapreensível” (grifo meu) (HUIZINGA, 2005: 98); em outras palavras, que no caso do conhecimento histórico os conceitos fossem entendidos no sentido de **imagens**.

O fato mesmo que se falasse de Idéias, e não de conceitos concebidos de forma abstrata, evidenciava, em sua opinião, que por trás do processo cognitivo de compreensão do passado se encontrava a “função subjetiva da imaginação”. Se para as ciências naturais a análise e a comparação eram elementos fundamentais no processo da formação conceitual generalizante, no caso da História eram palavras como “imaginação, visão histórica, sentido histórico” que falavam “da essência mais profunda da formação do conceito histórico” ((HUIZINGA, 2005: 98). Somente uma observação superficial poderia, segundo Huizinga, substituir a interpretação histórica por uma explicação puramente intelectual: “a interpretação, o que também foi chamado demasiado misticamente ‘o submergir-se com todas as forças da alma no objeto’, é uma atividade mental caracterizada por um inconfundível elemento **irracional**” (HUIZINGA, 2005: 98).

Para quem aceitasse a sua argumentação até este momento sobre o **nascimento da compreensão histórica**, dizia Huizinga, a inevitabilidade de um ponto de vista subjetivo já não deveria ser motivo de discussão, mas apenas um “dado de fato”. “Se devemos supor na esteira de Wundt, Simmel, Windelband, Rickert, Münsterberg, que a essência do conhecimento histórico se limita (...) a ‘compreender’ em oposição à ‘explicar’”, e este compreender nasce somente do “**reviver**” (*Nacherleben, Nachempfinden*), então a psiqué do historiador, a sua subjetividade, seria a única medida constante de comparação. (HUIZINGA, 2005: 99). Se a tarefa da História era reviver, como afirmava Huizinga, faltava ainda responder o que exatamente era possível reviver do passado. Em relação a isso sua resposta era categórica: “nada mais que a vida humana, mas os homens entendidos como indivíduos e não como grupos ou classes” (HUIZINGA, 2005: 99). Ele fazia questão de ressaltar que o problema do significado da “personalidade individual” para o conhecimento histórico assumia para ele o caráter de um problema de ordem metodológica e não metafísica. Nesse momento, seria indiferente a pergunta se eram os indivíduos que determinavam a história ou, se ao contrário, eram as circunstâncias históricas que determinavam os indivíduos. O importante, ao contrário, era analisar se seria possível “compreender aos vínculos históricos sem aprender a entender aos indivíduos”, isso levando em conta a maneira como “nasce a compreensão histórica” a partir da disposição de “reviver” o passado (HUIZINGA, 2005: 99). Mesmo aqueles que negassem à personalidade histórica a liberdade de ação e sua influência específica no processo histórico deveriam se submeter, em sua opinião, a esta que seria uma “exigência metodológica”, pois era a personalidade, e somente ela, que permitiria a formação dos conceitos históricos e, portanto, a própria realização da compreensão. Como seria possível entender as ações humanas senão **vendo** os homens atuarem? Que idéia poderia ser feita de um determinado período da história se o historiador não era capaz de **ver** pessoas se moverem dentro dele? Dessa maneira, a formação dos conceitos históricos não seria apenas contrária às ciências naturais, mas também à formação dos conceitos sociológicos. E Huizinga não se privava de revelar o seu próprio desagrado em relação às tentativas de transformar o conhecimento histórico em Sociologia: “que árida é a história se somente reconheço como importante os fenômenos coletivos”.

A história dos indivíduos singulares era importante para Huizinga não apenas no sentido de contribuir para a formação dos conceitos históricos. Ela garantia igualmente a oportunidade de refletir sobre a relatividade intrínseca ao ponto de vista do historiador. Uma pequena anedota sobre Robespierre extraída do livro *Histoire de la révolution française* do historiador francês J. Michelet serviria para ilustrar sua argumentação. Contava Michelet que muitos anos depois da Revolução Francesa um jovem teria perguntado ao velho Merlin de Thionville como ele havia sido capaz de tomar parte na condenação de Robespierre. O velho teria dito: “Robespierre! Robespierre! Ah...! Se tivesse visto seus olhos verdes, o terias condenado como eu” (HUIZINGA, 2005: 101). Essa anedota conteria um ensinamento precioso: “não esqueças a paixão”! Do contrário, caso os homens e as mulheres do passado – “tão cheios de ódios, e de cólera e de ilusões” –, fossem reduzidos a condição de meros números dentro de um conjunto de potências políticas ou econômicas, a verdadeira motivação histórica permaneceria oculta para o historiador (HUIZINGA, 2005: 101).

3

A propósito de Robespierre, o “mistério psicológico por excelência”, segundo Huizinga, seria pertinente perguntar: se penetrar psicologicamente na personalidade tinha tanta importância, mesmo que a completa penetração fosse considerada impossível, seria realmente trabalho de uma interpretação histórica se envolver com este problema? Isso não seria antes tarefa da Psicologia? Enfim, deveria a História se subordinar à Psicologia – disciplina que dava seus primeiros passos no final do século XIX – cabendo ao historiador se abster de prover motivações psicológicas sob bases históricas enquanto aguardava que essa disciplina consolidasse suas análises e conceitos? (HUIZINGA, 2005: 101)

Esse tipo de interrogação sobre a relação entre História e Psicologia não era algo exclusivo a Huizinga, mas representava uma das facetas mais relevantes do debate sobre a autonomia da disciplina histórica ocorrido no final do século XIX na Alemanha. A publicação da obra de Karl Lamprecht e a reivindicação de que a História deveria se tornar uma “psicologia social aplicada” se quisesse se tornar de fato uma ciência, levou a muitos dos filósofos empenhados em formular uma teoria autônoma do conhecimento histórico a se questionarem sobre o *status* epistemológico da relação entre essas duas

formas de saber. W. Dilthey, a quem Huizinga parece, em grande medida, ignorar em sua aula inaugural, foi um dos primeiros a postular o papel fundamental que uma “nova” Psicologia deveria desempenhar para a fundamentação da autonomia das “ciências do espírito”. Se o objeto do historiador, segundo Dilthey, eram os “fatos da experiência interior”, o passo seguinte seria a formulação de uma Psicologia “analítica e descritiva” – no lugar de uma psicologia “explicativa” no sentido naturalista, que havia sido proposta, por exemplo, por K. Lamprecht – capaz de dar conta da especificidade do processo de compreensão implicado no conhecimento histórico.

No entanto, na visão dos neo-kantianos W. Windelband e H. Rickert, esta proposição de que o caráter científico da História deveria estar baseado na Psicologia não passava de um equívoco. Ao invés de situar a diferença entre “ciências do espírito” e “ciências naturais” numa oposição entre objetos – de um lado o “mundo exterior dos corpos”, a natureza, e de outro, o “mundo interior do espírito” – os neokantianos propunham que esta distinção se desse a partir da diversidade das modalidades segundo as quais o sujeito de conhecimento conceitualizava o real. Como uma oposição de ordem metodológica, a classificação entre as ciências deveria ser pensada, portanto, em termos do **tratamento** do “objeto”, se o seu interesse estava localizado nos aspectos gerais ou, ao contrário, nos aspectos particulares de um determinado “objeto” de investigação. Dessa forma, os “fatos psíquicos” – que em Dilthey determinavam a distinção das ciências – poderiam tanto suscitar uma investigação preocupada em buscar relações gerais ou uma investigação das particularidades contidas neles. Assim sendo, a Psicologia, na medida em que não se contentava em descrever os fenômenos psíquicos particulares, mas buscava alcançar leis gerais da vida psíquica, pertenceria, por seu método, ao campo das ciências naturais, não podendo, portanto, servir de alicerce para a fundamentação da cientificidade e da autonomia do conhecimento histórico. (MESURE, 1990: 142-146).

Talvez esteja aqui o esclarecimento para a pequena participação de W. Dilthey na construção das teses de Huizinga sobre a especificidade do conhecimento histórico e sobre o papel da Psicologia, em particular. Apesar deste filósofo se fazer presente de um modo indireto através da obra, inúmeras vezes citadas, de Eduard Spranger, a proposta de diferenciação entre uma psicologia histórica (*geisteswissenschaftliche Psychologie*) e a psicologia “naturalista”, apesar de parecer algo possível, seria apenas uma promessa

para o futuro (HUIZINGA, 2005: 102-103). Em última instância, no debate entre Dilthey e os neo-kantianos sobre a especificidade lógica do saber histórico, assim como no debate que colocava em lados opostos Karl Lamprecht e os defensores da autonomia da História, Huizinga parece ter tendido mais para o lado de H. Rickert e W. Windelband. Isso ficava claro quando o historiador holandês buscava nestes filósofos, sobretudo no primeiro, os argumentos que fundamentavam seu entendimento de que “a ciência psicológica é de escassíssima relevância para compreender o estado psíquico dos indivíduos históricos com o fim de compreender melhor seu agir e seu ser” (HUIZINGA, 2005: 102).

As noções de uma “teoria geral explicativa da vida interior” eram, na opinião de Huizinga, demasiado pobres de conteúdo para serem verdadeiramente úteis para o historiador. Segundo Rickert, a quem ele citava, a importância da psicologia para as ciências ditas “do espírito” parecia estar sendo superestimada não somente pelos psicólogos, mas igualmente pela teoria do conhecimento histórico, como no caso empenho de W. Dilthey. Duvidando dos serviços que a Psicologia poderia prestar para o historiador, o filósofo neo-kantiano firmava sua posição: “podemos dizer que a aplicação do **método** utilizado hoje em psicologia para as ciências da **história** deve necessariamente conduzir a mal-entendidos como já produziu lá onde as teorias da “psicologia social” substituíram as representações históricas”. (RICKERT, 1997:35-36). Frequentemente Rickert dizia ver as pessoas afirmarem que os historiadores deveriam ser “bons psicólogos”, porque se pensava, de maneira correta em sua opinião, que eles deveriam “ser bons conhecedores das realidades humanas” no sentido de completarem a sua tarefa. E o mesmo ainda poderia ser dito sobre o artista e o poeta. No caso da arte, a “psicologia” praticada pelo artista não teria nada em comum com a **ciência** abstrata da vida psicológica, como provaria, por exemplo, o fato de que soaria ridículo aconselhar um poeta a fazer estudos de psicologia científica a fim de escrever “versos mais bonitos”. A arte não teria a pretensão de compreender a vida interior **em geral** através de conceitos, mas na medida do possível, **intuitivamente**. Desse modo, a capacidade artística de compreender os homens de modo “psicológico” seria inteiramente independente do conhecimento proveniente da psicologia científica. (RICKERT, 1997:96).

Apesar de Huizinga não fazer essa ressalva sobre a diferença entre a psicologia do artista e aquela do historiador, o ponto nevrálgico de sua reflexão estava em plena concordância com a visão do neo-kantiano em relação ao ceticismo quanto a Psicologia. Mesmo no caso remoto em que esta “disciplina generalizante da vida psíquica” pudesse ajudar o historiador a aperfeiçoar seu entendimento sobre os indivíduos históricos, ela **jamais** poderia substituir o conhecimento dos processos individuais únicos que seriam propriamente o objetivo do conhecimento histórico. “Para a vida psíquica no seio da História, nós queremos aprender a conhecê-la ‘psicologicamente’ de uma maneira que (...) passa pela compreensão das estruturas dos significados individuais, **revivendo-as** no seu desenvolvimento individual, tanto quanto seja possível” (RICKERT, 1997:98). E se o que importava era o “reviver” (*Nacherleben*), essa forma excluiria por princípio qualquer classificação que utilizasse um sistema de conceitos gerais. O ponto forte da psicologia história estaria justamente em sua falta de sistematicidade. Nesse sentido, a única psicologia possível para o estudioso de história seria, segundo Huizinga, aquela nascida da “experiência de vida”, da “fantasia” e do “conhecimento pessoal” do historiador em relação aos homens, e não “do experimento e do cálculo”.

Existiria uma disposição particular que se tenha revelado como a mais favorável para o desenvolvimento desse fator irracional da imaginação histórica, fator este considerado tão importante para a compreensão histórica? A resposta, para Huizinga, era óbvia: “a sensibilidade estética é a que melhor prepara o campo para a faculdade da imaginação histórica” (HUIZINGA, 2005: 103). Toda a argumentação de Huizinga caminhava no sentido de provar que a plasticidade/visualidade (*aanschouwelijkheid*) era fundamental para a formação do conceito histórico e, portanto, para a compreensão do passado. Mas, caberia ainda a pergunta: como o ponto de vista estético poderia aumentar a visualidade, garantindo, então, uma melhor compreensão do contexto histórico? Diversamente do pensamento natural-científico que fixava todo saber em princípios rigorosos e onde prevalecia a tendência para a abstração e para a explicação, no pensamento histórico poder-se-ia observar, tal como afirmava W. Windelband, a tendência para uma representação visual do passado. Mesmo que as técnicas analíticas requeridas pelo criticismo histórico para analisar a tradição histórica fossem extremamente refinadas e sofisticadas, o objetivo último da História estava para além desse aparato crítico. Do “material bruto” preparado pelo trabalho crítico do historiador

deveria ser possível extrair e reconstruir “a verdadeira forma do passado”, tornando-o novamente presente “de forma imaginária aos olhos da mente” (HUIZINGA, 2005: 104). “A História produz imagens de homens e da vida humana na riqueza e profusão de suas formas singulares e com sua plena vitalidade individual preservada intacta (...) revivendo o que foi esquecido em uma nova forma de vida” (WINDELBAND, 1908: 179). E se a História realmente pretendesse alcançar seu objetivo que era evocar novamente o passado através de imagens, asseverava Huizinga no rastro de H. Rickert, deveria ser capaz então de superar os limites do que era reconhecível por meio de conceitos – que em sua formação pressupunham sempre um esforço de caráter generalizante ao “remodelar” e conceitualizar o material dado pela percepção –, fazendo surgir aos olhos do leitor uma **imagem** capaz de preservar, na medida do possível, a individualidade, a imediatez do real. (RICKERT, 1987: 53-54). O valor da representação estética assumiria, dessa forma, um papel de primeira ordem não apenas em relação ao modo de conceber a personalidade individual, mas também na compreensão dos fenômenos coletivos e dos vínculos gerais. Em ambos, estava em questão a mesma habilidade de saber extrair e captar da multiplicidade dos rastros deixados pelo passado o que pertencia de forma essencial a um conjunto de fenômenos históricos, tornando-os compreensíveis do ponto de vista histórico.

Huizinga estava ciente do caráter imponderável dos elementos envolvidos na compreensão histórica, de modo particular, e na capacidade humana de entender aos outros a partir de suas ações, de um modo geral. Ele sabia que quanto mais se tentasse penetrar na habilidade do historiador de compreender a vida histórica, mas ficaria evidente o quanto esta aptidão era “inexplicável e misteriosa”. Um dos filósofos a dedicar maior atenção para o problema da dimensão “enigmática” da compreensão foi G. Simmel, a quem Huizinga parecia se sentir próximo também nesse ponto. Segundo este filósofo, o enigma da compreensão girava em torno do tipo de afinidade singular que na História fazia com que sujeito e o objeto estivessem entrelaçados numa relação de mútua condicionalidade. Por ambos compartilharem da mesma “essência” anímica, o processo de compreensão histórica se daria num jogo complexo entre identificação, quando o “eu” do sujeito se transportava para o “outro” do objeto, e diferenciação (oposição), quando o que o sujeito experienciava como se fosse do “outro” tomava forma através de um processo de representação. Em outras palavras, a compreensão

seria o resultado da ação que a personalidade histórica tinha sobre a personalidade do historiador. Dessa forma, para Simmel – que chamava a “compreensão” como o **enigma do conhecimento histórico** – aquele que nunca tivesse amado, nunca compreenderia o enamorado, assim como o colérico nunca entenderia ao fleumático, nem o covarde ao herói: quanto mais o historiador tivesse experimentado esses afetos, mais acessível eles seriam para a representação psicológica. (SIMMEL, 1950: 43-45). Tal caracterização da compreensão histórica poderia suscitar dúvidas, como previa Huizinga, se este processo poderia ou não entrar no campo da ciência. Porém, para ele, a suspeita se dissolveria rapidamente quando se observasse como a compreensão aparecia de maneira fácil e espontânea no trabalho do historiador.

Para formar uma imagem geral de um determinado período da história seria indispensável a atuação do elemento a que ele havia dado o nome de “disposição estética”, ou seja, aquela inclinação para construir imagens históricas que permitissem reviver o passado de forma plástica, visual. E para completar essa tarefa, a arte desempenharia uma função fundamental. “Tomem, por exemplo, a vossa imagem geral da civilização egípcia; a verão formada quase em sua totalidade por representações da arte egípcia”. Por acaso não era o gótico que dominava grande parte da imagem geral da Idade Média? Ou ainda, invertendo a pergunta, qual representação do século XIII tem aquele que leu os repertórios papais e desconhece o *Dies irae*? (HUIZINGA, 2005: 105). Imaginem, sugeria Huizinga, que a um estudioso do ocaso do mundo antigo somente estivesse disponível noções escassas sobre o tema, motivo este que o levaria a recorrer a leituras de livros para precisar melhor essas noções. Agora, imaginem que ele teve a sorte de visitar Ravenna e de ver seus mosaicos. De agora em diante, quando pensasse nesses séculos, esse estudioso veria sempre “o mesmo esplendor imóvel, o lampejo do verde e ouro em San Vitale, o crepúsculo azul no mausoléu de Gala Placídia” (HUIZINGA, 2005: 106). Para este estudioso, a imagem histórica desse período ficaria para sempre iluminada por essas recordações, permeada por uma sensibilidade estética nascida de sua experiência com o passado tal como este se materializava em vestígios, nas construções, na arte. Isso seria apenas uma associação inútil de idéias, ou antes, esses mosaicos ajudariam verdadeiramente a entender melhor a história, isto é, a vê-la? O saber histórico “jamais nasce de fato de conceitos esmeradamente criados mediante a abstração e conectados intelectualmente, mas, ao

contrário, deriva sempre de **associações de idéias mais ou menos casuais**". (HUIZINGA, 2005: 106)

Não era sua intenção, contudo, sustentar que o passado deveria ser estudado partindo da História da Arte ou que somente por meio das expressões artísticas poder-se-ia entender a “direção do espírito no tempo”. Tratava-se, antes, “de ver refletidas na arte imagens obtidas por um estudo multiforme da tradição, ou de vê-las iluminadas pela arte”.(HUIZINGA, 2005: 106). Enquanto indagava o passado, o historiador deveria observar a sua arte e ler sua literatura para aumentar a clareza de sua representação (*aanschouwelijkheid*). Todavia, deveria também “introduzir-se na natureza e caminhar entre prados e colinas até que seja capaz de **ver resplandecer o sol também no passado**” (HUIZINGA, 2005: 106). Nesse sentido, a compreensão histórica teria, para Huizinga, um caráter similar àquele de uma **visão**: dizia respeito, em grande medida, à habilidade do historiador de evocar imagens nas quais o passado se apresentasse da forma mais autêntica e significativa possível. Esta observação apontava para o fato de que já no início de sua trajetória como historiador ele nutria um vivo interesse pelas expressões artísticas – e de modo particular pelas artes figurativas – não apenas na condição de documentos históricos, mas, sobretudo no tocante à função epistemológica fundamental desempenhada por elas na tarefa de “reviver” o passado. Sua aposta era de que as criações artísticas poderiam ativar a sensibilidade do historiador para uma melhor compreensão dos fatos históricos. (BOER, 1993: XVII).

Consciente do risco que o desenvolvimento da receptividade estética escondia para o historiador, Huizinga manteve sempre a preocupação em afirmar os limites do uso da imaginação para o conhecimento histórico. Ele sabia que a visualidade (*aanschouwelijkheid*), a qual havia atribuído um valor de primeira grandeza na formação do conceito histórico, poderia conduzir ao “interpretar subjetivamente” (*hineindichten*), e assim contribuir para criar imagens falsas do passado. Mas, no final das contas, perguntava-se Huizinga, “que perigo é maior, o dos mal entendidos causados por uma concepção histórica preponderantemente estética, ou o que nasce das necessárias séries de hipóteses reconstruídas logicamente? Considero justa a segunda hipótese” (HUIZINGA, 2005: 106). A visão estética criava subjetivamente imagens que se traduziriam muito pouco em juízos claramente definidos, permanecendo antes “reclusas na câmara do tesouro da consciência subjetiva” (HUIZINGA, 2005: 106).

Somente quando a imaginação fosse **deliberadamente** estimulada – até que, ultrapassando a fantasia histórica, se transformasse em fantasia artística –, poderia acontecer que elementos capazes de transformar a imagem em detrimento da verdade histórica se agregassem à representação.

Seria necessário, então, se preocupar que um interesse estético fortemente desenvolvido pudesse prejudicar a pretensão científica do conhecimento histórico? De jeito nenhum, respondia Huizinga. Apesar de enfatizar e valorizar a dimensão irracional como fator positivo do conhecimento histórico, não era sua pretensão asseverar que a História fosse **apenas** produto da imaginação. Imaginação e pensamento histórico não eram idênticos, apesar de inseparáveis. De todo modo, optar pelo estético, pela visualidade do passado, não implicava, em nenhuma instância, a abolição da dimensão empírica do trabalho do historiador. Huizinga não abria mão de reforçar que a tarefa crítica daquele que se ocupava do estudo do passado deveria ser tratada como uma espécie de compromisso moral: antes de qualquer outro interesse, inclusive aquele estético, deveria vir o interesse ético de “reportar a verdade, ou pelo menos o que ele entende por verdade” (HUIZINGA, 2005: 107).

De quando em quando devemos levantar do trabalho assíduo que nos limita para nos percebermos ainda uma vez, à luz da teoria, que as nossas forças são poucas na medida em que a história é universal, para provar de novo a grande responsabilidade do historiador, quem, quanto mais claramente vislumbre que somente dispõe de um juízo subjetivo, tanto mais dirigirá os olhos para o ideal da verdade objetiva que repousa em sua alma. (HUIZINGA, 2005: 107).

Referências Bibliográficas

ANCHOR, R. History and Play: Johan Huizinga and his critics. **History and Theory**, vol.17, pp.63-93, Feb., 1978.

BOER, W. Prefazione. In: HUIZINGA, J. **Le immagini della storia**. Torino: Giulio Einaudi editore, pp. XIII-XLV, 1993.

COLIE, R.L. Johan Huizinga and the task of cultural history. **American Historical Review**. vol. 69, n. 3, pp. 607-630, 1964.

HUIZINGA, J. El elemento estético de las representaciones históricas. **Prismas: Revista de História Intelectual**, n. 9, pp. 91-107, 2005.

_____. My path to history. In: **Dutch Civilization in the Seventeenth Century and Other Essays**. Nova York: Harper & Row, 1969

- IGGERS, G. **The German conceptions of History**. New Hampshire: Wesleyan, 1983.
- MESURE, S. **Dilthey et la fondation des sciences historiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- OAKES, G. Introduction: Rickert's theory of historical knowledge. In: RICKERT, H. **The Limits of Conception Formation in Natural Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- RICKERT, H. **Introduccion a los problemas de la Filosofia de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Nova,
- _____. **Science de la Culture et Science de la Nature**. Paris : Éditions Gallimard, 1997.
- _____. **The limits of concept formation in Natural Science : a logical introduction to Historical Science**. Cambridge : Cambridge University Press, 1987.
- SIMMEL, G. **Problemas de la Filosofia de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1950.
- WINDELBAND, W. Rectorial Adress, Strasbourg, 1894, **History and Theory**, vol. 19, n. 2, p. 169-185, Feb., 1980.